

MOBILIZAÇÕES DE ABRIL FORTALECEM MOVIMENTO MÉDICO BRASILEIRO

Diversas mobilizações organizadas pelas entidades médicas marcaram o mês em que se comemorou o Dia Mundial da Saúde (7 de abril). A concentração no Congresso Nacional, no dia 2, representou um marco do movimento médico e inaugurou uma sequência de protestos e manifestações em favor da saúde pública e por melhores condições de trabalho para os médicos. No encontro, deputados federais, senadores, médicos e estudantes de medicina repudiaram as ações anunciadas, recentemente, pelo Governo Federal e cobraram soluções para os principais problemas do Sistema Único de Saúde.

O baixo financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS) – centro dos principais protestos realizados durante o mês (*leia mais na página 2*) – e a possibilidade de o Governo oferecer subsídios para as operadoras de planos de saúde foram alguns dos pontos criticados fortemente por médicos e parlamentares. Em quase todas as falas, mostrou-se que a responsabili-

dade pelas mazelas da saúde não pode ser transferida aos profissionais, mas à falta de financiamento do setor e ausência de uma política de estado na assistência em saúde, capaz de distribuir e valorizar os profissionais da área.

Durante o ato, que contou com o apoio das três entidades médicas nacionais que compõem a Comissão Pró-SUS – Conselho Federal de Medicina (CFM), Associação Médica Brasileira (AMB) e Federação Nacional dos Médicos (Fenam) – os manifestantes pediram a criação de uma carreira de Estado para os médicos do SUS.

Vários deputados e senadores se manifestaram a favor da causa médica e firmaram compromisso de lutar pela aprovação de matérias, em tramitação no



Congresso Nacional, que favoreçam a Medicina e a saúde pública brasileira.

Uma destas matérias é a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 454/09, que cria a carreira de médico nos serviços públicos federal, estadual e municipal e estabelece critérios de remuneração com características semelhantes às de juízes e promotores. O tema está em análise e no momento aguarda um parecer de uma comissão especial criada na Câmara.

MÉDICOS VÃO À PRESIDENTE DILMA

Dois dias após a mobilização no Congresso Nacional, o movimento médico foi recebido pela presidente da República, Dilma Rousseff. Foi a primeira vez que a presidente recebeu as entidades médicas em seu gabinete. De acordo com os participantes da reunião, Dilma foi receptiva às ponderações das entidades e se mostrou decidida a estabelecer um canal de diálogo com os representantes da categoria. Ela já anunciou que outras reuniões deverão ser realizadas oportunamente, inclusive com a formação de Grupos de Trabalho para analisar e discutir temas de interesse.

Durante a conversa, as entidades argumentaram que soluções anunciadas pelo governo, como a 'importação' de médicos estrangeiros e a abertura indiscriminada de faculdades de medicina, não resolverão o problema da saúde pública. Como forma de interiorizar a assistência e universalizar o acesso aos serviços, as entidades propuseram a criação de uma carreira de Estado para os médicos.

Para garantir o funcionamento adequado do SUS as entidades também pleitearam aumento real da participação do Estado no finan-

ciamento da Saúde, com a destinação de um mínimo de 10% da Receita Bruta da União para o setor. Solicitaram ainda à presidente o apoio à tramitação e votação do PLS nº 174/2011, que institui a Lei de Responsabilidade Sanitária no Brasil, que fixa metas e estabelece a possibilidade de punição de gestores que não as cumpram.

Também foi feita a proposta de criação de uma escola especializada na formação e na qualificação de gestores em saúde pública, para atuação nos municípios, estados e União.

PRÓ-SUS EM BRASÍLIA POR MAIS RECURSOS PARA A SAÚDE



A luta por mais recursos para a saúde pública também mobilizou os médicos brasileiros. Entidades médicas e da sociedade civil fizeram, em 10 de abril, uma caminhada na Esplanada dos Ministérios em apoio ao Movimento Nacional em Defesa da Saúde Pública, o Saúde+10. O objetivo do Movimento, do qual participam as entidades da Comissão Pró-SUS, foi chamar a atenção do Congresso Nacional para a necessidade de vincular 10% dos recursos brutos da União à saúde. Para isso, já foram recolhidas mais de 1,2 milhão de assinaturas que comporão um projeto de lei de ini-

ciativa popular que será apresentado pelo movimento.

Criado há um ano, o Movimento Saúde+10 tem como objetivo coletar 1,5 milhão de assinaturas, a partir do esforço de sindicatos, conselhos profissionais, parlamentares e diversas entidades que participam do movimento. Além da participação das entidades médicas nacionais representadas na Comissão Pró-SUS, o Ato contou a presença de lideranças dos Conselhos Regionais de Medicina, Sindicatos, Associações e Sociedades de Especialidades.

CONGRESSO NACIONAL REABRE DISCUSSÃO SOBRE FINANCIAMENTO

No mesmo dia em que médicos e sociedade foram às ruas de Brasília em favor do Movimento Saúde+10, a Câmara dos Deputados instalou a Comissão Especial do Financiamento da Saúde, que vai debater a falta de recursos para o setor no Brasil.

Passarão pela comissão os projetos de lei complementar 123/12 e 124/12, que preveem a destinação de, no mínimo, 10% da receita corrente bruta dos orçamentos fiscal e da seguridade social da União para ações e serviços de saúde. Também será analisado o projeto de lei de iniciativa popular do Movimento Saúde + 10, que

deverá ser entregue à Câmara nos próximos meses.

Saúde deficitária – O entendimento é de que a regulamentação da Emenda 29 (Lei Complementar 141/12), que definiu percentuais mínimos de investimento em saúde, não esgotou a discussão sobre o papel da União na manutenção do Sistema Único de Saúde (SUS).

Números da Organização Mundial de Saúde (OMS) revelam que, em 2011 os gastos privados com a saúde responderam por cerca de 54% das despesas totais na área, enquanto que o governo financiou os 46% restantes.

No Paraná, mutirão na Boca Maldita

Entidades de saúde reuniram-se na manhã do dia 6, na Boca Maldita, em Curitiba, em ato público para a coleta de assinaturas em prol da iniciativa popular. Participaram da mobilização representantes do Conselho Regional de Medicina do Paraná, da Associação Médica do Paraná, Sindicato dos Médicos do Paraná, Federação dos Hospitais, Federação das Misericórdias, Secretaria Municipal de Saúde, entre outros.

Em São Paulo, concentração na Praça da Sé

O Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo, a Associação Paulista de Medicina e o Sindicato dos Médicos de São Paulo também fizeram mutirão na Praça da Sé, no dia 12 de abril, para coletar assinaturas em prol da aprovação dos 10%. A iniciativa obteve, segundo resultado preliminar anunciado pelos organizadores, cerca de seis mil novas adesões ao longo do dia.

No Rio de Janeiro, caminhada pela saúde pública

No Rio de Janeiro, o Conselho Regional de Medicina e o Sindicato dos Médicos promoveram, no dia 7 de abril, um ato público na Praia de Copacabana. Os médicos se manifestaram em defesa do piso de R\$ 10.412,00 (Fenam), contra a terceirização da gestão pública de saúde, por concursos públicos com salários dignos, por maior financiamento do SUS, dentre outros temas.

Os formulários preenchidos devem ser encaminhados ao Conselho Nacional de Saúde, na Esplanada dos Ministérios, Bloco G, Edifício Anexo, Ala B, 1º Andar, Sala 103B - CEP: 70058-900, Brasília-DF

PRÓ-SUS RECEBE SUPERINTENDENTE DA CONFEDERAÇÃO DAS SANTAS CASAS

A dívida bilionária das Santas Casas e outros problemas que afetam o setor filantrópico no Brasil também foram motivo de protesto em abril. No dia 8 deste mês, diversos hospitais suspenderam o atendimento eletivo em todo o país, em protesto contra a baixa remuneração dos procedimentos médicos hospitalares pela Tabela SUS. O superintendente da Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas (CMB), José Luiz Spigolon, participou da última reunião da Comissão Pró-SUS, realizada no dia 10, e apresentou dados que demonstram a grave situação financeira deste seguimento que responde pelo maior volume de atendimentos realizados na rede pública.

O superintendente informou, por exemplo, que os valores pagos chegam a cobrir apenas

R\$ 65,00 de cada R\$ 100,00 gastos no atendimento aos pacientes da saúde pública. Essa situação, segundo ele, tem levado, há anos, as santas casas e hospitais sem fins lucrativos a níveis intoleráveis de endividamento com fornecedores, bancos, tributos e passivos trabalhistas, principalmente, ameaçando essas instituições de fechamento.

Mobilização – Spigolon explicou que, diante da necessidade de soluções para o setor, os dirigentes das instituições iniciaram um movimento chamado “Tabela SUS: Reajuste Já!”, que ganhou o apoio de praticamente todas as santas casas e hospitais sem fins lucrativos. “Mais de 80% dos hospitais do seguimento protestaram no dia 8 de abril, suspendendo os procedimentos eletivos agendados para a data”, afirmou.

Em estados como São Paulo, Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco a mobilização foi quase total e nas capitais aconteceram grandes manifestações, com a concentração de inúmeras instituições do interior, seguidas de entrevistas coletivas à imprensa. Na Capital Paulista o evento aconteceu na Santa Casa e contou com as participações do Governador do Estado e seu secretário da Saúde, deputados estaduais e outras autoridades do setor.

Em Porto Alegre e em Salvador, dirigentes das Santa Casas também se reuniram com autoridades estaduais, deputados federais e estaduais, dirigentes de santas casas e hospitais de caridade do interior. Em Recife, a concentração aconteceu na praça Tricentenário com a adesão de 98% dos hospitais do Estado ao Movimento.

INSATISFAÇÃO COM SAÚDE É MAIOR NO BRASIL QUE NA AMÉRICA LATINA, DIZ ONU

Não por acaso, o índice de insatisfação com a qualidade e o atendimento à saúde é maior no Brasil do que na média da América Latina, aponta um relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) divulgado em março. Enquanto o índice de satisfação com a saúde do país foi de 44%, em média 57% da população da América Latina demonstrou aprovar o serviço, número maior do que o brasileiro.

Os dados, contabilizados pelo Instituto Gallup em vários países do mundo, foram coletados entre 2007 e 2009 e são os mais atuais disponíveis, de acordo com o relatório da ONU. Os indivíduos entrevistados responderam a perguntas como: “Em seu país, você confia nos hospitais e no sistema de saúde oferecido?”.

O Brasil ficou na 108ª posição em satisfação com seu sistema de saúde, em comparação com 126 países de todo o mundo, analisados pelo Relatório de Desenvolvimento Humano 2013. O índice de aprovação brasileiro também é menor do que a média mundial, de 61%.

Nenhum país da América Latina teve índice de satisfação tão baixo quanto o Brasil - a exceção é o Haiti, em que só 35% da população disse aprovar o sistema de saúde. Países como Uruguai (77% de aprovação), Venezuela (75%), México (69%) e Bolívia (59%) consideraram os próprios serviços de saúde melhores do que a população brasileira. O Brasil perde em satisfação com a saúde também para o Afeganistão (46% de aprovação), Serra Leoa (46%), Camarões (54%) e Senegal (57%).



ACONTECE NOS ESTADOS

BA: ENTIDADES EM ESTADO DE GREVE ATÉ PCCV VIRAR LEI

Em março uma proposta do governo do Estado de implantação do Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos (PCCV), mas decidiram se manter em estado de greve, até que o plano seja transformado em lei. O próprio governo declarou que este não é o plano ideal, mas o que é o possível no momento. Apesar de conter avanços que beneficiam aposentados e municipalizados, não ocorreu, por exemplo, a inclusão dos médicos auditores no PCCV.

DF: CONQUISTA INÉDITA SOBRE A APLICAÇÃO DO TETO SALARIAL

Em 11 de abril, um auditório repleto de médicos recebeu boas novas sobre a aplicação do teto salarial aos proventos dos médicos com mais de um vínculo o serviço público do Distrito Federal. Decisão inédita em ação coletiva no Superior Tribunal de Justiça (STJ) determinou a separação do teto salarial por cada um dos vínculos. A decisão se aplica para médicos com dois vínculos no GDF. Não abrange os contratos de trabalho federais ou de outras unidades da Federação.

GO: CREMEGO E MPF ASSINAM TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

O Conselho Regional de Medicina e o Ministério Público Federal em Goiás vão atuar em conjunto na fiscalização e acompanhamento da qualidade dos serviços de saúde pública no Estado. O objetivo é identificar e agilizar a solução de problemas que comprometem o trabalho médico e a boa assistência à população. Quando cabível, o MPF/GO deve promover recomendações, termos de ajustamento de conduta e outras ações com as instituições de saúde fiscalizadas pelo Cremego, com o objetivo de reparar e corrigir possíveis irregularidades e ilegalidades apontadas pelo Conselho.

MG: MÉDICOS SUSPENDEM ATENDIMENTOS POR 24 HORAS

Após reunirem-se em assembleia geral no dia 18 de abril, os médicos da rede pública de saúde de Belo Horizonte decidiram pela paralisação de 24 horas dos atendimentos no dia 30 de abril. Nesta data, as consultas e procedimentos eletivos estarão suspensos e deverão ser reagendados. As urgências e emergências serão mantidas normalmente, nas Unidades de Pronto Atendimento (UPA's). No dia 23 de abril, uma audiência pública realizada na Câmara Municipal da capital mineira tratou das condições de trabalho dos servidores e a terceirização no município.

PE: MÉDICOS SUSPENDEM ATIVIDADES POR 48 HORAS

Os médicos vinculados à rede de saúde do município de Passira cruzam os braços em 2 e 3 de abril. Nos dois dias de paralisação foram suspensos os atendimentos nos ambulatórios e no Programa de Saúde da Família (PSF). A classe denuncia a falta de resposta e o descumprimento de acordos feitos com os gestores municipais em relação ao pagamento de salários atrasado e do 13º salário.

RS: PREFEITURA NEGOCIA PLANO DE CARREIRA COM MÉDICOS

A prefeitura de Cachoeira do Sul decidiu abrir mesa de negociações com os médicos do município a fim de discutir a criação de plano de carreira para a categoria. O Executivo deve publicar portaria com a finalidade de instaurar oficialmente o grupo, a ser composto de forma paritária (cinco médicos e cinco representantes da administração). A primeira reunião entre as partes foi marcada previamente para o dia 8 de maio.

COMISSÃO NACIONAL PRÓ-SUS

Coordenador: Aloísio Tibiriçá. **Membros:** Abdon José Murad Neto, Alceu José Pimentel, Ceuci de Lima Xavier, Cid Célio Jayme Carvalhaes, Cláudio Balduino Couto Franzen, Darley Rugeri Wollmann Júnior, João Ladislau Rosa, José Maria Pontes, Hermann Tiesenhausen, José Fernando Vinagre, Makhoul Moussalem, Márcio Bichara, Mauro Luiz de Britto Ribeiro, Modesto Jacobino, Roberto Queiroz Gurgel, Roberto Tenório de Carvalho, Wilton Mendes e Wirlande Santos da Luz.